



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

CAIO DOS SANTOS FARIAS

**A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS, NA SALA DE AULA REGULAR,
NA VISÃO DO ALUNO SURDO**

**PATOS - PB
2021**

CAIO DOS SANTOS FARIAS

**A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS, NA SALA DE AULA REGULAR,
NA VISÃO DO ALUNO SURDO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena

Co-orientadora: Profa. Ma. Joseilda Alves de Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

F224i Farias, Caio dos Santos
A importância do intérprete de libras, na sala de aula regular, na visão do aluno surdo / Caio dos Santos Farias. - Patos, 2021.
21 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientador: Prof. Esp. Edcarlos paz de Lucena
Co-orientadora: Profa. Ma. Joseilda Alves de Oliveira

1. Sala de aula regular 2. Intérprete de libras 3. Aluno surdo 4. Inclusão I. Título.

CDU – 376

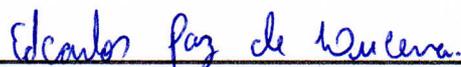
CAIO DOS SANTOS FARIAS

**A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS, NA SALA DE AULA
REGULAR, NA VISÃO DO ALUNO SURDO**

Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Especialização em Libras-EaD
do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia da Paraíba – *Campus Patos*,
como requisito para a obtenção do título
de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 25/03/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Edecarlos Paz de Lucena - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

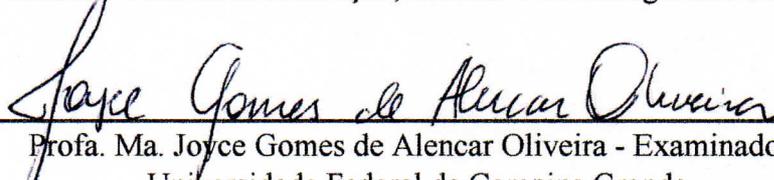


Profª. Ma. Joseilda Alves de Oliveira – Co-orientadora

SEDUC- Malta-PB



Profª. Ma. Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profª. Ma. Joyce Gomes de Alencar Oliveira - Examinadora
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do intérprete de Libras, dentro da sala de aula regular, a partir da voz do surdo. Assim, este estudo se justifica pela necessidade de se (re) pensar a educação de surdos a partir da ótica do próprio surdo, e faz o seguinte questionamento: Qual a importância do intérprete de Libras, dentro da sala de aula regular, para o desenvolvimento escolar e social do aluno surdo? Para tentarmos responder a esse questionamento, discutimos com autores como: Damázio (2007), Gesser (2009), Quadros (2004, 2019), Barros, Kotaki e Lacerda (2018), Ramos (2010), dentre outros. Optamos por fazer um estudo de caráter exploratório, descritivo com abordagem qualitativa e análise interpretativa. E, como forma de ter esse olhar do próprio surdo sobre a importância do Intérprete de Libras, analisamos algumas experiências vivenciadas sobre a temática e narradas por Strobel (2016) em seu livro *A imagem do outro sobre a cultura surda*. Os resultados das discussões apontam que, na visão do surdo, o intérprete de Libras, devidamente capacitado e qualificado, é um profissional essencial para a acessibilidade linguística do aluno surdo, dentro e fora da sala de aula, bem como de grande relevância no processo de ensino e aprendizagem desse aluno, além de corroborar para o desenvolvimento linguístico, cultural e social do educando surdo.

Palavras-chave: Sala de aula regular. Intérprete de Libras. Aluno surdo. Inclusão.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Libras interpreter importance, within the regular classroom, from the deaf voice. Thus, this study is justified by the need to (re) think the deaf education from deaf himself perspective, and asks the following question: What is the Libras interpreter importance, within the regular classroom, for deaf students social and scholar development? To try to answer this question, we discussed with authors such as: Damázio (2007), Gesser (2009), Quadros (2004, 2019), Barros, Kotaki and Lacerda (2018), Ramos (2010), among others. We chose to carry out an exploratory, descriptive study with a qualitative approach and interpretive analysis. And, as a way to have that look of the deaf himself about the Libras Interpreter importance, we analyze some experiences lived on the theme and narrated by Strobel (2016) in his book *The image of the other on deaf culture*. The discussions results point out that, in the deaf perspective, the Libras interpreter, duly trained and qualified, is an essential professional for the deaf student linguistic accessibility, inside and outside the classroom, also as of great relevance in the process of teaching and learning of this student, in addition to corroborate with the linguistic, cultural and social deaf student development.

Keywords: Regular classroom. Libras interpreter. Deaf student. Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. LIBRAS: UM ARTEFATO ESSENCIAL PARA O SUJEITO SURDO.....	8
3. O INTÉRPRETE DE LIBRAS.....	10
4. O INTÉRPRETE EDUCACIONAL.....	11
5. METODOLOGIA.....	14
6. A VOZ DO SURDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	14
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS:.....	20

INTRODUÇÃO

A presença de pessoas com deficiência, nas escolas regulares, tem sido claramente percebida, principalmente em se tratando de escolas públicas, no Brasil. É notável que as políticas de inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) têm, de fato, contribuído para a inserção das pessoas com deficiência nos espaços escolares. No entanto, apenas introduzir o aluno com deficiência nesses ambientes educacionais é suficiente para seu desenvolvimento escolar e social?

Ao se pensar na inclusão do aluno surdo dentro de uma escola regular, mais especificamente nas salas de aulas regulares, é possível refletir sobre como esse aluno surdo interage com seus colegas e professores, ouvintes e como estes interagem com ele, visto que sua comunicação fluirá, na maioria das vezes, por meio de uma comunicação de modalidade gestual visual, que o aluno surdo traz consigo. Pensando nisso, elencamos o seguinte questionamento: Qual a importância do intérprete de Libras, dentro da sala de aula regular, para o desenvolvimento escolar e social do aluno surdo? Partindo dessa questão, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do intérprete de Libras, dentro da sala de aula regular, a partir da visão do surdo.

Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de se (re)pensar a educação de surdos, a partir da ótica do próprio surdo, e pela necessidade de a pessoa surda ter acesso, de fato, a uma educação igualitária e de qualidade que é um direito de todos, o que implica ter, no mínimo, acesso às informações e aos conteúdos em língua de sinais, no caso, a Libras, o que se torna possível com a presença de um profissional especializado para atender a essa necessidade, no caso, o intérprete de Libras.

Para contribuir com essa discussão, o presente trabalho fundamenta-se em autores como: Damázio (2007), Gesser (2009), Quadros (2004, 2019), Barros, Kotaki e Lacerda (2018), Ramos (2010), dentre outros. E, como caminho metodológico para a realização da pesquisa, optamos por fazer um estudo de caráter exploratório, descritivo com abordagem qualitativa e análise interpretativa.

E, para uma melhor compreensão da temática abordada, este trabalho está organizado com essa introdução, em que apresentamos a temática, o objetivo da pesquisa e nossa justificativa pela escolha do tema. Em seguida, trazemos uma abordagem teórica, em que discutimos sobre a Libras como artefato essencial para o sujeito surdo e, logo após, sobre o Intérprete de Libras e sua importância no processo educacional da pessoa com surdez. Após

essas abordagens, apresentamos nosso percurso metodológico; na sequência, trazemos nossas análises e, por fim, as considerações finais e referências.

2. LIBRAS: UM ARTEFATO ESSENCIAL PARA O SUJEITO SURDO

Os surdos utilizam uma língua peculiar, de modalidade gestual-visual que, conforme apontado nos estudos do linguista norte-americano, William Stokoe (1960), contempla todos os requisitos de uma língua natural e, portanto, é relevante que esta seja reconhecida e valorizada como um artefato essencial e indispensável para o povo surdo. Na maioria das vezes, é através da língua de sinais, ou seja, sua língua natural, que o sujeito surdo interage com o meio em que vive, expressando suas ideias, seus costumes, sua identidade e sua cultura, assim como qualquer outro povo, nação ou grupo social. (GESSER, 2009)

Tomando como base as leituras realizadas em Quadros e Karnopp (2004), podemos entender que a língua de sinais, antigamente, não tinha o status de língua, sendo considerada apenas como linguagem, mímica, gestos ou algo parecido. Porém, conforme apontado pela autora, a partir dos estudos de Stokoe, nos anos de 1960, tornou-se possível observar um aumento considerável no entendimento acerca das línguas de modalidade gestual-visual ou conforme o termo visoespacial¹ utilizado pela autora, o que contribuiu, conseqüentemente, para o surgimento de uma “quantidade razoável de investigações na área da linguística, não apenas sobre a estrutura, mas também sobre a aquisição, o uso e o funcionamento dessas línguas”. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 29)

Coadunando com Gesser (2009), compreendemos que, como língua, a Libras é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumento linguístico de poder e força. Contudo, historicamente, esse instrumento linguístico, a Língua de Sinais, tem sido negado ao sujeito surdo, conforme menciona Gesser (2009, p. 25) “os surdos foram privados de se comunicarem em sua língua natural durante séculos. Vários estudos têm apontado a difícil relação dos surdos com a língua oral majoritária e com a sociedade ouvinte”.

Como sabemos, a Libras é reconhecida no Brasil como língua natural da comunidade surda brasileira pela força da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sendo esta lei regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que estabelece diretrizes

¹ Termo usado por Quadros e Karnopp (2004, p.29)

para o seu uso e difusão em todo o território nacional (BRASIL, 2002, 2005). Com isso, compreendemos que a comunidade surda brasileira tem o direito de ter sua língua, a Libras, amplamente difundida e valorizada e, além disso, que esse direito lhe seja garantido e preservado.

Partindo dessa compreensão, podemos entender, com base em Santana (2007), que é essencial para a criança surda ter a língua de sinais como sua língua materna, pois, nas palavras da autora:

Se há um dispositivo de aquisição da linguagem em todos os seres humanos, que deve ser acionado mediante a experiência linguística positiva, então a criança *surda* brasileira deveria ter acesso à língua brasileira de sinais o quanto antes, para ativá-lo de forma natural. A língua portuguesa não será a língua a acionar naturalmente esse dispositivo devido à falta de audição da criança. Esta até pode adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com relação à língua brasileira de sinais. (SANTANA, 2007, p. 98)

Nessa perspectiva, torna-se possível compreender que, quanto mais cedo a criança surda tiver acesso à língua de sinais como primeira língua (L1), aumentará ainda mais as chances de adquiri-la de forma natural, o que contribuirá, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e cultural, além de facilitar a aprendizagem de uma segunda língua (L2). No entanto, de acordo com Quadros (2019), a maioria dos surdos nasce em famílias com os pais ouvintes, que desconhecem a Libras, o que “dependendo da posição desses pais e das orientações que recebem ao tomarem conhecimento da surdez de seu filho, essas crianças contarão com a aquisição da língua de sinais precocemente ou não” (QUADROS, 2019, p.42).

Com isso, consideramos, portanto, de fundamental relevância que os pais incentivem seus filhos surdos a utilizarem a língua de sinais desde pequenos, para que estes tenham a oportunidade de adquirir a sua língua natural de forma espontânea.

Desse modo, ainda na perspectiva de Quadros (2019), entendemos que a língua de sinais é para os surdos, ou pelo menos deveria ser e que a língua oral é para os ouvintes, ou seja, um artefato essencial tanto na constituição do ser surdo, quanto na interação comunicativa com seus pares e com o meio em que vivem. Diante disso, é importante que essa língua possa estar acessível às escolas do nosso país, sendo reconhecida e valorizada como a primeira língua (L1) dos alunos surdos.

Assim, acreditamos que uma das formas de promover essa acessibilidade linguística ao aluno surdo é a presença do Intérprete de Libras dentro do ambiente escolar, principalmente, dentro da sala de aula regular.

3. O INTÉRPRETE DE LIBRAS

Segundo Damázio (2007), o Intérprete de Libras é uma pessoa capaz de transpor, em tempo real (simultaneamente) ou com um pequeno intervalo de tempo (consecutivamente), as informações da Língua Portuguesa para Libras e vice-versa, ou seja, é um profissional com habilidades e fluência nas duas línguas e que tem a capacidade de viabilizar a comunicação entre sujeitos surdos e ouvintes de maneira efetiva, assumindo um papel de mediador nas interações entre os sujeitos envolvidos.

No Brasil, a profissão do intérprete de Libras foi regulamentada pela lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010, apesar de seu protagonismo, de acordo com Quadros (2004), já ser percebido anteriormente a essa data em trabalhos voluntários por volta de 1980, inicialmente em espaços religiosos.

Com base em Damázio (2007), com o reconhecimento da Libras enquanto língua natural e oficial da comunidade surda brasileira, as políticas de inclusão e os movimentos sociais pelo uso e difusão dessa língua, na busca de uma acessibilidade linguística, os profissionais intérpretes de Libras têm se tornado cada vez mais necessários nos mais diversos seguimentos da sociedade. Com isso, é possível perceber a importância desse profissional para a inserção e promoção dessa acessibilidade linguística e comunicacional do sujeito surdo.

Para isso, faz-se necessário que este profissional esteja qualificado e capacitado para atender as demandas que surgem diariamente nos vários setores e contextos sociais relacionados à comunidade surda. Assim, no que diz respeito à formação do intérprete de Libras no Brasil, Kotaki e Lacerda (2018, p. 206) afirmam que:

A história da formação do ILS no Brasil vem se dando de maneira informal, frequentemente ofertada pelas organizações religiosas (igrejas de diversas religiões), como pela própria convivência com a comunidade surda. Nesses espaços, adquire-se o domínio da LIBRAS para posterior atuação profissional, porém não é suficiente para se tornar um intérprete de língua de sinais.

Podemos perceber que as autoras apontam para a forma de como alguns intérpretes de Libras ainda adquirem sua “formação profissional”. No entanto, deixam claro que isso não é suficiente para ser considerado um profissional da área e que sua formação não se resume, apenas, ao conhecer ou dominar a língua em si, mas “[...] deve ser uma formação plural e interdisciplinar, visando seu trânsito na polissemia das línguas, nas esferas de significação e nas possibilidades de atuação frente à difícil tarefa da tradução/interpretação” (KOTAKI e LACERDA, 2018, p. 206).

Contudo, a formação profissional do intérprete de língua de sinais, de acordo com o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei de Libras nº 10.436/2002, tornou-se aceitável a partir do nível médio, desde que aprovado em exame de proficiência e com certificação reconhecida por instituições credenciadas pelas secretarias de educação. Essa aceitação em nível médio, como formação mínima exigida, para atuação na educação básica, também está prevista no Art. 4 da lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão e no Art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015.

Desse modo, coadunando com Kotaki e Lacerda (2018), podemos entender que isso se dá pela necessidade de atendimento à grande demanda do povo surdo em ter seu direito de acessibilidade linguística garantido e pela escassez de profissionais em nível superior. Porém, diante desses cenários, alguns questionamentos a respeito da formação e atuação desses profissionais acabam por surgir, uma vez que, segundo Thoma e Lopes (2017, p. 36), “[...] ainda hoje são contratados tradutores e intérpretes com formação em nível médio para atuar em universidades [...]”. Isso pode ser considerado algo preocupante no processo de ensino e aprendizagem do sujeito surdo, tendo em vista que a atuação do profissional, em nível incompatível com sua formação, pode interferir diretamente nesse processo e acarretar prejuízos incalculáveis. Para Damázio (2007, p. 51):

[...] o tradutor/intérprete deve conhecer com profundidade, cientificidade e criticidade sua profissão, área em que atua, as implicações da surdez, as pessoas com surdez, a Libras, os diversos ambientes de sua atuação a fim de que, de posse desses conhecimentos, seja capaz de atuar de maneira adequada em cada uma das situações que envolvem a tradução, a interpretação e a ética profissional.

Nessa ótica, faz-se necessário, portanto, que o intérprete de Libras tenha total consciência de seu papel enquanto profissional e que este possa atuar apenas em níveis compatíveis com sua formação e para os quais esteja apto.

4. O INTÉRPRETE EDUCACIONAL

O intérprete de Libras educacional, de acordo com Quadros (2019), é um profissional que atua na área da educação com a função de intermediar as relações entre os professores e os alunos, surdos e ouvintes. Nesse sentido, o profissional intérprete de Libras atua como mediador entre o aluno surdo e o professor titular da disciplina, propiciando aos envolvidos uma troca de conhecimentos durante todo o processo de ensino e aprendizagem.

Para Damázio (2007), essa mediação, por parte do profissional, torna-se fator indispensável para a interação pedagógica entre os elementos básicos desse processo, ou seja, os alunos e professores, envolvendo, portanto, os conteúdos e a aprendizagem. Desta forma, ainda coadunando com Damázio (2007), podemos entender que não cabe ao intérprete de Libras o papel de tutor do aluno surdo, pois, segundo a autora, “com relação à sala de aula, devemos sempre considerar que este espaço pertence ao professor e ao aluno e que a liderança no processo de aprendizagem é exercida pelo professor, sendo o aluno de sua responsabilidade. (DAMÁZIO, 2007, p. 50)

Assim, ainda com base em Damázio (2007), para que haja uma boa interação aluno-aluno, professor-aluno, professor-intérprete e intérprete-aluno, faz-se necessário que cada um desses (re)conheça o seu papel e busque estabelecer essa interação por meio da Libras, embora essa realidade pareça ainda ser algo distante. Para a autora, o intérprete “deverá saber o valor e limites de sua interferência no ambiente escolar, para dar esclarecimentos e orientação aos que necessitam de seus conhecimentos específicos”. (DAMÁZIO, 2007, p. 51)

Desse modo, percebemos a grande importância que tem a atuação desse profissional para processo de inclusão tanto educacional como social do aluno surdo. Para isso, de acordo com Lacerda (2014), é imprescindível que o intérprete educacional esteja preparado para atuar no ambiente escolar, estando atento às possíveis dificuldades, mediando e favorecendo a construção do conhecimento dos educandos surdos.

Assim, ainda com base em Lacerda (2014), podemos compreender que a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa é garantia legal no que tange à educação das pessoas surdas. Com isso, é possível entender que a presença desse profissional passa a ser de fundamental importância para a vida social e acessibilidade linguística dos sujeitos surdos nos diversos setores da sociedade.

Para Damázio (2007), é importante para os alunos surdos terem e manterem uma relação com outros alunos, sejam surdos ou não, cabendo ao intérprete e ao professor

incentivar os alunos surdos a se relacionar com seus demais colegas ouvintes, participando das relações sociais na escola. Dessa forma, os surdos não irão se restringir a interagir somente com outros surdos ou com o intérprete, mas irão se incluir de fato no ambiente escolar, tendo uma participação ativa no convívio social da escola.

De acordo com o Sousa (2015), na fase de escolarização da criança surda, a falta de intérprete de língua de sinais torna-se um ato de privação de cidadania, uma vez que, nas instituições educacionais, não existem as línguas de sinais como idioma corrente, ou seja, como língua de instrução. Nessa ótica, podemos compreender que os intérpretes da língua de sinais, que atuam nas instituições educacionais, são os suportes que não podem mais ser negados aos alunos surdos, tendo em vista que o trabalho do intérprete educacional é fundamental na vida desses alunos. É por meio deste profissional que o aluno surdo tem acesso aos conteúdos e às informações, dentro da sala de aula, diretamente em língua de sinais quando o professor regente não apresenta qualquer fluência em relação a essa língua.

Contudo, apesar da importância do intérprete de Libras no ambiente educacional para a acessibilidade do aluno surdo, é preciso lembrar, com base em Damázio (2007), que este profissional é responsável apenas por mediar a comunicação entre os sujeitos surdos e ouvintes dentro da escola, não sendo de sua competência assumir o papel de professor. Diante disso, Junior e Zancanaro (2016, p.3) colocam que:

A questão do ensino de Libras pelo intérprete dentro da escola é uma problemática, pois sua função é interpretar/traduzir para a língua portuguesa o que o surdo sinaliza em Libras e/ou interpretar/traduzir para a Libras o que o professor e os alunos ouvintes falam/escrevem em português. Porém, muitas vezes acontece o fato de o intérprete educacional realizar aulas ou cursos de Língua de Sinais dentro da escola para os alunos, percebe-se que alguns intérpretes estão sobrecarregados com trabalhos além de sua função, alguns deles atua como professor.

Nesse contexto, podemos entender que tanto a escola quanto os profissionais que atuam nela precisam estar cientes de seus papéis para que cada um possa exercer sua função respeitando o espaço, as habilidades e as competências de cada profissional envolvido no processo, de forma que venha a contribuir com a qualidade da educação, evitando, com isso, assumir responsabilidades que não lhe cabem.

Desta forma, ainda com base em Junior e Zancanaro (2016), o intérprete de Libras deverá estar inserido na equipe educacional, favorecendo as trocas de informações, encontros, planejamento e, principalmente, garantindo uma eficaz parceria com o professor de sala de aula, mas não assumindo o papel deste.

Portanto, diante do exposto, faz-se necessário reconhecer a importância e o papel do intérprete de Libras não apenas no ambiente educacional, mas em outros espaços da sociedade. Contudo, é preciso também que este profissional tenha consciência de seu papel e que esteja constantemente capacitado e qualificado para o exercício de sua função.

5. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, optamos por fazer um estudo bibliográfico que, de acordo com Severino (2007), é realizado a partir de registros já disponíveis como livros, artigos, revistas, teses, dentre outros, seja por meio de material impresso ou digital. A pesquisa também apresenta uma abordagem qualitativa e análise interpretativa, tendo em vista que, para Creswell (2007), a pesquisa qualitativa tem base na realidade construída por indivíduos interagindo com seus membros sociais. “Na pesquisa qualitativa, a literatura ajuda a substanciar o problema de pesquisa” (CRESWELL, 2007, p. 61). Em relação ao tipo de análise, o autor ainda afirma que “a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados” (CRESWELL, 2007, p. 186).

Assim, no intuito de alcançar o objetivo proposto, recorreremos aos materiais já concretizados e publicados. E, para nos auxiliar na discussão da temática, tomamos com base autores como Damázio (2007), Gesser (2009) e Quadros (2004, 2019).

Como forma de ter o olhar do próprio surdo sobre a importância do Intérprete de Libras, analisamos algumas experiências vivenciadas sobre a temática e narradas por Strobel (2016) em seu livro *A imagem do outro sobre a cultura surda*. Para seleção do Corpus, fizemos a leitura das narrações apresentadas no texto e após algumas releituras nos concentramos em 04 (quatro) fragmentos que apresentam elementos para responder ao nosso questionamento de pesquisa. Para melhor compreensão e clareza no processo de coleta e organização do corpus, os textos foram codificados com a palavra Texto e o número da sequência de apresentação para análise. Portanto, os fragmentos destacados apresentam-se com a seguinte codificação (Texto 01, Texto 02, Texto 03 e Texto 04). Dadas essas informações passamos para nosso momento de análise.

6. A VOZ DO SURDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO PROCESSO EDUCACIONAL

Nessa seção, voltaremos nossa atenção para a análise dos textos selecionados para nossa pesquisa, no intuito de apresentar a voz do sujeito surdo sobre a importância do intérprete de Libras para o processo educacional do educando com surdez.

Para uma melhor compreensão a respeito dessa temática, passamos para nossas análises. Assim, podemos apresentar o primeiro fragmento a ser analisado.

Texto 01

Eu estava sentada em sala de aula, em uma classe com outros alunos ouvintes, “olhando” distraidamente para os movimentos dos lábios da professora que estava falando; de repente, a professora parou subitamente de movimentar os lábios e virou o rosto assustado para a janela. Percebi que toda a turma fazia o mesmo e todos correram para olhar pela janela. Eu, meio desnortada e curiosa, fiz o mesmo para ver o que provocou toda a algazarra da turma e percebi tardiamente que tinha acontecido uma batida de carro lá fora.

Fonte: Retirado de Strobel, (2016, p.46)

O trecho apresenta o relato de uma aluna surda a respeito de uma experiência em sala de aula, e a forma como o texto apresenta a vivência da aluna deixa transparecer que se trata de uma pessoa surda. Ao perceber que todos correram para visualizar o que se passava, a aluna surda, sem entender o que se passava, copiou a ação dos demais colegas, o que pode sugerir que não tinha intérprete na sala de aula.

Na fala da aluna, podemos compreender a importância do profissional intérprete de Libras para a comunicação do surdo, uma vez que, em um momento como esse, a aluna teria acesso à informação sobre o acontecimento, juntamente com os outros alunos, e não tardiamente como mencionado no relato. A falta de acessibilidade linguística pode causar, além de situações como esta, atrasos no desenvolvimento escolar do surdo, pois fica sem acesso aos conteúdos, aos conhecimentos (QUADROS, 2019). Sem o intérprete, como sugere o texto, o aluno surdo fica curioso ao perceber alguma movimentação diferenciada na turma e fica, na maioria das vezes, sem poder se comunicar, já que se trata de um ser visual que "escuta" com olhos.

A exclusão não ocorre apenas quando não há um intérprete, mas também quando um professor e até mesmo os colegas esquecem do aluno surdo, deixando-o de lado diante do que está acontecendo ao seu redor. No caso relatado no texto, entendemos que os colegas e a professora esqueceram a aluna surda, quando ela diz que só “tardiamente” soube o que estava

acontecendo. Isso sugere que ela foi deixada sem comunicação e que só conseguiu entender o acontecimento depois que pôde visualizar.

Seja durante o ensino da disciplina ou em algum fator externo, é essencial a introdução do aluno surdo naquele meio (GESSER, 2009). Ele faz parte do contexto da sala e tem o direito de participar da mesma maneira que os alunos ouvintes.

Texto 02

Uma vez entrei na sala de aula e todos entregaram trabalho para o professor; eu fiquei surpresa e perguntei: “que trabalho”? Os colegas disseram que o professor avisou verbalmente na última aula, só que ninguém se lembrou de me avisar. Isso também aconteceu com as provas marcadas e depois, na hora, me dava mal por não ter estudado.

Fonte: Retirado de Strobel, (2016, p.126)

O texto apresenta uma realidade que, infelizmente, insiste em acontecer nas salas de aula regulares quando não possui a presença do intérprete. Essa é uma prática comum nos ambientes educacionais e até em outros ambientes, onde os profissionais dão avisos de forma oral, sem atentar para o fato de que se tenha algum surdo naquele espaço e que ele precisa receber a informação (DAMÁZIO, 2007). Entendemos que isso acontece pela falta de conhecimento dos ouvintes quanto às singularidades do sujeito surdo.

No texto apresentado, o fato de ninguém lembrar que naquele espaço há a presença de um sujeito que se comunica em outra língua demonstra a invisibilidade do surdo no processo educacional. Entendemos que, no mínimo, o professor era para lembrar do aluno surdo que está em sala. Por essa razão, o relato mostra que a pessoa surda, na maioria das vezes, fica prejudicada pela falta de comunicação. Isso porque os ouvintes esquecem que há uma pessoa surda na sala de aula quando fazem avisos de provas e trabalhos. Dessa forma, o surdo fica surpreso por não ter recebido essa informação e com o sentimento de falta de empatia e atenção também por parte dos colegas de sala.

A falta de acessibilidade bem como de intérprete de Libras prejudica o surdo. Acessibilidade é um direito garantido por lei, mas infelizmente muitos surdos não têm o intérprete e ficam prejudicados. Por isso, é importante lutar pela divulgação da Libras e do direito ao intérprete, para que seja garantida a acessibilidade linguística (KOTAKI; LACERDA, 2018).

Na fala final do relato, fica evidente que a falta de intérprete pode causar sérios prejuízos ao desenvolvimento educacional do surdo, visto que a falta de acesso às

informações faz com que ele deixe de realizar atividades que são constitutivas do seu processo de aprendizagem.

Texto 03

Faço menção a um exemplo de uma surda que, depois que passou no vestibular para o Curso de Pedagogia, batalhou para conseguir um intérprete de língua de sinais para um melhor acompanhamento das aulas e o reitor da universidade nega.

Fonte: Retirado de Strobel, (2016, p.101-102)

No texto, a autora menciona uma aluna surda que precisa lutar por um intérprete de língua de sinais após entrar na faculdade, o que já aponta para as dificuldades enfrentadas pela estudante surda, que, além de estudar em escolas onde a língua majoritária é a Língua Portuguesa, ainda lhe é negado o acesso à Libras, sua língua natural.

Este caso, relatado no texto, acontece com frequência em todos os níveis da educação. Receber o aluno na escola não é suficiente, é preciso ter intérprete, acesso linguístico e garantir a identidade e a cultura surda. No entanto, ter esse direito garantido ainda é complicado, e isso acaba por causar atraso no desenvolvimento do aluno surdo, pois eles não conseguem entender o conteúdo que os professores estão tentando transmitir e, mesmo sendo um direito ter o intérprete, o aluno precisa estar em constante busca por esse direito (GESSER, 2009).

Por essa razão, é muito importante a participação do tradutor/intérprete de Libras em sala de aula, pois garante a inclusão dos alunos surdos entre os alunos ouvintes e garante um melhor processo de aprendizagem. Além disso, eles ajudam de outras formas, como na realização de atividades, dando um suporte mais próximo, o que, às vezes, o professor não consegue por não dominar a língua de sinais.

Quando por alguma razão a instituição não garante o profissional de Libras para o aluno surdo, o desempenho escolar/acadêmico cai bastante, e isso acontece em todos os níveis de escolaridade, por isso a importância do intérprete desde cedo na educação infantil (QUADROS, 2019). Como podemos observar na leitura do texto, a negligência com o aluno surdo acontece dentro das universidades também.

Desse modo, é fundamental que o aluno seja apoiado por seus pais em casa e que eles possam interceder pelos filhos em caso de não haver intérprete no seu local de ensino (QUADROS, 2019), visto que todo cidadão ouvinte tem direitos e deveres. Na comunidade surda, isso ocorre da mesma forma. Portanto, é dever das instituições acolher os alunos surdos de maneira adequada, facilitando seu aprendizado com a ajuda de um intérprete e

diminuindo suas dificuldades, pois, com a ajuda de um intérprete fluente, o aluno surdo entenderá bem os conteúdos (KOTAKI; LACERDA, 2018), seja na escola básica ou na universidade.

Texto 04

Além disso, há a acessibilidade de sujeitos surdos em variados espaços, como em congressos, julgamentos, aulas e cursos, possibilitada por intérpretes de língua de sinais, telão e cartazes, etc.

Fonte: Retirado de Strobel, 2016 (p. 97)

Esse texto fala sobre a existência da acessibilidade para o surdo por meio do intérprete de Libras em diversos ambientes. Isso é importante porque o surdo precisa ser visto e respeitado como sujeito ativo de uma sociedade e isso só é possível quando ele tem acesso à sua língua natural, visto que o acesso à língua permite que o sujeito construa conhecimentos e participe de todos os contextos da sociedade (GESSER, 2009).

Essa inclusão abre várias possibilidades para o surdo poder ter acesso aos espaços sociais, pois os surdos, como cidadãos comuns que são, devem ter seus direitos assegurados em todos os ambientes. A presença do intérprete nesses ambientes é fundamental para que esse processo de inclusão seja muito além do espaço educacional, ou seja, seja também social.

Para que esse processo seja melhor trabalhado, é preciso respeito aos direitos do surdo, já que todos devem receber informações de maneira igualitária sem perda nem prejuízo de conteúdo, ou seja, é preciso entender que o sujeito surdo tem os mesmos direitos que o ouvinte, e que o direito à educação, à informação, ao conhecimento precisa ser respeitado, como mencionado por Gesser (2009, p.47), “o surdo precisa de intérprete em espaços institucionais em que as pessoas não falam a sua língua”.

Apesar dos avanços na inclusão social através do uso da Libras, ainda sentimos a necessidade de acessibilidade de sujeitos surdos em vários espaços da atividade humana, inclusive nos citados no texto. Muitos surdos vivem à margem desses espaços sem escolaridade e sem fazer uso de sua língua natural. E, mesmo com os avanços da tecnologia, que oferece alguns recursos que aproximam um pouco a comunicação entre surdos e ouvintes, ou entre a comunidade surda, ainda existe a carência da efetiva acessibilidade. Muitas barreiras inibem esse progresso e uma delas é a falta de acessibilidade linguística para surdo (QUADROS, 2004). Nesse sentido, a acessibilidade nesses locais citados no texto e em outros espaços da sociedade é possível através do intérprete de Libras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar a importância do intérprete de Libras, dentro da sala de aula regular, a partir da visão do surdo. E, para a sustentação teórica que nos ajudasse nesse objetivo de estudo, buscamos uma discussão com Damázio (2007), Gesser (2009), Quadros (2004, 2019), Barros, Kotaki e Lacerda (2018), Ramos (2010), dentre outros que discutem sobre a temática abordada.

Nossas análises apontam que, na visão do surdo, o intérprete de Libras, devidamente capacitado e qualificado, é um profissional essencial para a acessibilidade linguística do aluno surdo, dentro e fora da sala de aula, visto que sua ausência pode causar atraso no recebimento das informações, falta de acesso ao conhecimento e acarretar alguns prejuízos no desenvolvimento intelectual e social do sujeito.

Sugerem também que a presença do intérprete pode promover a comunicação entre o surdo e os demais sujeitos da sala de aula, colegas e professores e contribuir para uma maior visibilidade ao surdo no espaço educacional.

Portanto, compreendemos que um bom profissional Intérprete de Libras necessita conhecer a cultura e identidade surda, para assim atuar com mais consciência e agilidade, usando habilidade e estratégia de tradução e interpretação que melhor esclareça o entendimento dos interlocutores, das pessoas envolvidas na comunicação e assim viabilize o ensino aprendido do sujeito surdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dez. 2005**. Presidência da república, Casa Civil, Brasília, DF, 22 de dez. 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> acesso em 26 de fevereiro de 2021.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> acesso em 26 de fevereiro de 2021.

_____. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112319.htm> acesso em 26 de fevereiro de 2021.

_____. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> acesso em 26 de fevereiro de 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014>> acesso em 26 de fevereiro de 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação. Educação Escolar da Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GESSER, Audrei. LIBRAS: **Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

JUNIOR, Luiz Antonio Zancanaro; ZANCANARO, Tatiane Maria Lui. *A atuação dos intérpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental*. Revista Educação Especial, v. 1, n. 1, p. 83-94, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3131/313144398007>. Acesso em 03 de março de 2021.

KOTAKI, Cristiane Satiko; LACERDA, Cristina Broglia Feitoza de. *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos* / Organizadoras: Cristina Broglia Feitoza de Lacerda, Lara Ferreira dos Santos. – São Carlos: EduFSCar, 2018. 254 p. (Cap. 12 – Pág. 201-218)

LACERDA, C. B. F. *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. 6ª ed. Porto Alegre: Medição, 2014. 95 p.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. *Libras. (Linguística para o ensino superior; 5)* / Ronice Müller de Quadros; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazeri Jr. – 1 ed. – São Paulo: Parábola, 2019.

RAMOS, Rossana. *Inclusão na prática: estratégias eficazes para educação inclusiva*. 2. ed. – São Paulo: Summus, 2010.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. – São Paulo: Plexus, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Viviane. *A Importância do Papel do Intérprete de Libras no Processo de Aprendizagem do Aluno Surdo em Sala de Aula nas Escolas de Ensino Comuns*. Cadernos da Fucamp, v.14, n.20, p.168-181/2015. Disponível em: <

[file:///C:/Users/Edcarlos/Downloads/635-2315-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Edcarlos/Downloads/635-2315-1-PB%20(1).pdf)> acesso em 03 de março de 2021.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 4 ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

THOMA. Adriana da Silva; LOPES. Luciane Bresciani. *Libras em diálogo: interfaces com a tradução e interpretação*. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros / Hector Renan da Silveira Calixto / Karine Albuquerque de Negreiros (Orgs.) – Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. (Pág. 17-41)